



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 16/08/2017 – PGT**

**ATA 11/2017**

1 Aos 16 dias do mês de agosto de 2017, às 9 horas, na sede da PGT, em Brasília-DF, em  
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público  
3 dos Estados e da União – CNPG, estiveram presentes os Excelentíssimos (as) Senhores  
4 (as): Dr. Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina,  
5 Presidente do CNPG; Dr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, Procurador-Geral de  
6 Justiça do Estado do Acre; Dra. Leda Mara Albuquerque, representando o Procurador-  
7 Geral de Justiça do Estado do Amazonas; Dra. Ediene Santos Lousado, Procuradora-Geral  
8 de Justiça do Estado da Bahia, Dr. Plácido Barroso Rios, Procurador-Geral de Justiça do  
9 Estado do Ceará; Dr. Leonardo Roscoe Bessa, Procurador-Geral de Justiça do Distrito  
10 Federal e Territórios; Dra. Elda Márcia Moraes Spedo, Procuradora-Geral de Justiça do  
11 Estado do Espírito Santo; Dr. Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Justiça do  
12 Estado de Goiás; Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador-Geral de Justiça do  
13 Estado do Maranhão; Dr. Mauro Benedito Pouso Curvo, Procurador-Geral de Justiça do  
14 Estado De Mato Grosso; Dr. Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça do  
15 Estado do Mato Grosso do Sul; Dr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-Geral de Justiça do  
16 Estado de Minas Gerais; Dr. Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça do  
17 Estado do Pará; Dr. Francisco Dirceu Barros, Procurador-Geral de Justiça do Estado de  
18 Pernambuco; Dr. Marfan Martins Vieira, representando o Procurador-Geral de Justiça do  
19 Estado do Rio de Janeiro; Dr. Marcelo Lemes Dornelles, representando o Procurador-  
20 Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dra. Rejane Gomes Moura,  
21 representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima; Dr. Gianpaolo Poggio  
22 Smanio, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. José Rony Silva  
23 Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe; Dr. Clenan Renaut de Melo  
24 Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Dr. Jaime de Cássio  
25 Miranda, Procurador-Geral de Justiça Militar; Dr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-  
26 Geral de Justiça do Trabalho; Dra Norma Angélica, Presidente da CONAMP; e Dr.  
27 Fernando da Silva Comin, Secretário-Executivo do CNPG. **INICIADOS OS**  
28 **TRABALHOS:** Após os agradecimentos de praxe, pelo Presidente, e o discurso de  
29 abertura, pelo anfitrião passou-se a deliberar os seguintes itens da pauta: **1) Aprovação**  
30 **das Atas n. 9, de 27 de junho de 2017, referente à Reunião Extraordinária do CNPG,**  
31 **ocorrida na sede do MPDFT, e n. 10, de 27 de julho de 2017, referente à Reunião**  
32 **Ordinária do CNPG, ocorrida na sede da PGT:** Aprovadas, por unanimidade. **2)**  
33 **Diálogo institucional com o Deputado Carlos Henrique Focesi Sampaio (PSDB/SP):**  
34 O Sr. Presidente deu as boas vindas ao Deputado, agradecendo-lhe a aceitação do convite  
35 para participar da reunião do Colegiado, afirmando a necessidade de focar o debate nas  
36 matérias que se encontram em tramitação no Congresso Nacional, sobretudo na Câmara  
37 dos Deputados, e que envolvem, em qualquer medida, o funcionamento e a preservação do  
38 Ministério Público. Com a palavra, o Deputado Carlos Sampaio agradeceu o convite e



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPJ – 16/08/2017 – PGT**

**ATA 11/2017**

39 afirmou que, na qualidade de membro do Ministério Público brasileiro, sente-se honrado  
40 em poder contribuir no tratamento das matérias sensíveis ao Ministério Público, sobretudo  
41 aqueles que procuram restringir o ofício dos membros, bem como aqueles que procuram  
42 reduzir a sua esfera de atuação. Fez referência a respeito da mobilização do Ministério  
43 Público brasileiro por ocasião da tramitação da PEC 37, bem como em vários outros  
44 temas, como a Lei de Abuso de Autoridade e as 10 Medidas Contra a Corrupção, bem  
45 como da importância da articulação de todos os segmentos institucionais na interação com  
46 a atividade parlamentar. Reafirmou a impossibilidade de o Ministério Público buscar  
47 inviabilizar a atividade política de uma forma não criteriosa, ressaltando a importância do  
48 bom senso no tratamento da questão. Afirmou que, atualmente, há matérias muito  
49 importantes tramitando no Congresso. Disse que houve uma tentativa de que, na presente  
50 data, o projeto do extrateto fosse submetido à aprovação do Colégio de Líderes, para que a  
51 matéria fosse a plenário na presente data. Em relação o PL n. 3123, afirmou que na  
52 tramitação legislativa foram identificados alguns aspectos de duvidosa  
53 constitucionalidade, razão pela qual foi determinada a instauração de Comissão Especial,  
54 pelo Sr. Presidente da CCJ, para que a matéria seja discutida nesse âmbito, para,  
55 posteriormente, ser apreciada, possivelmente na segunda quinzena de setembro,  
56 registrando os agradecimentos ao Presidente do CCJ. Afirmou que a Comissão Especial já  
57 encontra-se formada, e que há um interesse muito grande dos parlamentares que a  
58 compõem em assumir a presidência da Comissão, ressaltando a importância de uma visita  
59 dos Procuradores-Gerais às lideranças partidárias, na presente data. Com relação à  
60 Reforma da Previdência, afirmou que não vislumbra o cenário político para a evolução da  
61 matéria na Câmara dos Deputados, sobretudo diante da existência de vários aspectos  
62 polêmicos com as regras de transição, pensão acumulada, invalidez permanente, dentre  
63 outros, razão por que acredita que a matéria não deve ser votada nos próximos dias, pois o  
64 governo precisa de 308 votos para a aprovação da matéria. Afirmou sobre a importância  
65 de uma articulação das entidades de classe e representativas, para a composição de uma  
66 redação conciliadora dos interesses. Após a exposição do Sr. Deputado Carlos Sampaio, o  
67 Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio,  
68 agradeceu a presença do parlamentar e questionou sobre qual deveria ser o discurso a ser  
69 adotado pelos Procuradores-Gerais, tendo o Deputado informado que há alguns temas que  
70 podem ser questionados em sua constitucionalidade, acreditando que o discurso deve se  
71 desenvolver na área técnica-jurídica. Afirmou, ainda, que seria importante a defesa da tese  
72 de que as verbas atrasadas ou indenizatórias possam ser resgatadas de maneira parcelada e  
73 não venha a afrontar o senso comum, diluindo-se o efeito financeiro, o que facilita a  
74 discussão. Com a palavra, pelo Dr. Marfan Martins Vieira, foi informado sobre a reunião  
75 realizada com o Presidente da Câmara, na data de ontem, com a participação do Sr.  
76 Presidente do CNPJ e do PGJ/MG, demonstrando sua preocupação quanto a uma





**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPJ – 16/08/2017 – PGT**

**ATA 11/2017**

77 perceptível reação, de maneira açoadada, de alguns segmentos políticos em relação ao  
78 Ministério Público. Afirmou sua preocupação com o PL 6726, que foi aprovado no  
79 Senado, e que institui um “subteto” remuneratório que poderá ter efeito devastador. Por  
80 fim, colocou-se à disposição para compor a comissão a ser constituída no âmbito do  
81 CNPJ, para acompanhamento diário da matéria, sobretudo nos próximos dias, com o que  
82 concordou o Deputado Carlos Sampaio. Após, o Dr. Antônio Sérgio Tonet (PGJ/MG)  
83 questionou o parlamentar sobre a oportunidade para se buscar um diálogo com os  
84 parlamentares sobre o restabelecimento do ATS, tendo o Deputado afirmado que, na sua  
85 percepção, o momento não é o mais adequado para avançar na matéria. Posteriormente, o  
86 Dr. Antônio Sérgio Tonet manifestou sua preocupação com os passivos remuneratórios  
87 crescentes, sem a correspondente indenização, tendo o Deputado Carlos Sampaio afirmado  
88 que há um aviltamento absoluto em relação a pagamentos de grandes valores  
89 indenizatórios, e que avalia como equivocada qualquer estratégia que exponha como  
90 pressuposto a correção de tais indenizações, o que está completamente divorciado do  
91 senso comum do povo e dos parlamentares. Pelo Dr. Benedito Torres Neto (PGJ/GO) foi  
92 demonstrada preocupação quanto à “confusão” no tratamento de verbas indenizatórias,  
93 como verbas remuneratórias, na tramitação do projeto extrateto aprovado na CCJ do  
94 Senado. Afirmou a necessidade de que o diálogo seja permanente, nos próximos dias, pela  
95 comissão a ser formada pelo Colegiado e o Congresso Nacional. O Deputado Carlos  
96 Sampaio afirmou entender ser imprescindível uma interlocução entre o CNPJ e a  
97 CONAMP com a Procuradora-Geral da República nomeada, e, posteriormente, com a  
98 Presidente do STF e o Presidente da Câmara dos Deputados. O Deputado fez referência,  
99 ainda, a algumas declarações veementes dos membros da Operação Lava Jato, Deltan e  
100 Carlos Fernando, em relação à “Reforma Política”, cujo mérito não se contesta, mas que  
101 provocaram fortes reações no Congresso Nacional, prejudicando ainda mais a relação  
102 institucional do Ministério Público com o parlamento, bem como a tramitação das  
103 matérias de interesse institucional no Congresso. Pelo Dr. Gilberto Valente Martins  
104 (PGJ/PA) foi afirmado que no tratamento dessas matérias não se pode deixar de lado a  
105 necessidade de revisão geral anual automática das remunerações, pois o discurso para a  
106 opinião pública deveria ser o de que a sistemática atual serve justamente para evitar  
107 eventuais abusos, tratando-se de um mecanismo importante e democrático. Relatou sobre  
108 um julgamento do CNJ, com efeito para toda a Magistratura nacional, estabelecendo o  
109 reajuste automático. A esse respeito, o Deputado Carlos Sampaio informou que, na  
110 prática, o reajuste automático não acontece e, por isso, surgem situações pontuais de  
111 excessos que fragilizam toda a instituição. Reafirmou que, no atual momento, muito mais  
112 importante do que buscar a consolidação de novos direitos, é tempo de controlar danos, de  
113 modo a evitar perdas. Pelo Sr. Presidente, foi informado que o papel da Sra. Procuradora-  
114 Geral da República será muito importante, no sentido de dialogar com as instituições e

3

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 16/08/2017 – PGT****ATA 11/2017**

115 com o parlamento. O Dr. Francisco Dirceu Barros (PGJ/PE) enalteceu a importância da  
116 participação do Deputado Carlos Sampaio nas questões envolvendo as matérias de  
117 importância institucional, sugerindo a elaboração de uma Nota Técnica do colegiado sobre  
118 o projeto do extrateto, bem como verificar a constitucionalidade do projeto. O Dr. Mauro  
119 Benedito Pouso Curvo (PGJ/MT) manifestou sua preocupação com o momento atual, bem  
120 como sua opinião no sentido de que é preciso centralizar as forças institucionais para  
121 evitarem retrocessos, com o que concordou o Deputado Carlos Sampaio, que afirmou que  
122 as chances de alguma perda são reais, devendo haver muita união no presente momento  
123 para evita-las. O parlamentar informou, também, a importância de que cada Ministério  
124 Público possa ter algum interlocutor importante com os Deputados Federais em cada  
125 estado, como uma iniciativa para se buscar um desejado diálogo. O Dr. Antônio Sérgio  
126 Tonet (PGJ/MG) manifestou sua preocupação com a elaboração de uma nota técnica pelo  
127 CNPNG, diante da dificuldade de tratamento da matéria, sobretudo por se tratar de assunto  
128 muito sensível e de grande repercussão, com o que concordou o Dr. Gianpaolo Poggio  
129 Smanio (PGJ/SP). O Presidente sugeriu que o CNPNG indicasse o Dr. José Carlos Cosenzo  
130 (MPSP), diante de sua experiência e relacionamento parlamentar, como interlocutor do  
131 colegiado no acompanhamento dessas matérias, sem prejuízo da participação de  
132 representantes de cada Ministério Público na interlocução com os parlamentares dos  
133 respectivos estados. Na sequência, o Dr. Plácido Barroso Rios (PGJ/CE) concordou com a  
134 importância de uma melhor aproximação com os deputados federais de cada estado, no  
135 sentido e construir uma estratégia de ação adequada à realidade atualmente existente  
136 diante da opinião pública. Em seguida, a Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti,  
137 Presidente da CONAMP, defendeu a necessidade de cautela e mobilização a todos os  
138 Procuradores-Gerais, bem como a importância do envolvimento do CNPNG no  
139 acompanhamento diário dessas matérias, porque se trata de um trabalho que precisa ser  
140 realizado com muito cuidado, em conjunto com a AMB, a fim de que não haja a  
141 desvinculação do Ministério Público do regime do art. 93 da Constituição Federal. Relatou  
142 que apesar das críticas duras, não há a menor intenção em abrir mão do auxílio-moradia,  
143 enquanto perdurar esse estado de defasagem salarial, com uma perda vencimental na  
144 ordem de 41%, segundo cálculos elaborados por especialistas. Lamentou a decisão da  
145 Procuradora-Geral da República em abrir mão do recebimento do seu auxílio-moradia,  
146 discorrendo, ainda, sobre a dificuldade de progressão da matéria em razão da posição da  
147 Presidente do Supremo Tribunal Federal. A Presidente da CONAMP solicitou, ainda, o  
148 especial apoio de todos os Procuradores-Gerais, com presença semanal no Congresso, bem  
149 como do Dep. Carlos Sampaio, que tradicionalmente tem orientado as lideranças do  
150 Ministério Público brasileiro, no sentido que a classe não perca os seus direitos. O Dr.  
151 Marcelo Lemos Dornelles (PGJ/RS) manifestou sua preocupação com os acontecimentos,  
152 afirmando que as condições atualmente existentes de apoio popular não são as mesmas





**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 16/08/2017 – PGT**

**ATA 11/2017**

153 que existiam por ocasião da tramitação da PEC 37, o que torna a repercussão ainda mais  
154 preocupante. Disse que é preciso reconhecer os excessos que tem sido praticados por  
155 alguns Ministérios Públicos, devendo o CNPG e os Procuradores-Gerais reavaliarem a  
156 estratégia de atuação. Afirmou que, dentro da classe, o percentual de colegas que tem  
157 significativas quantias para receber são poucos, e que seria muito importante que os  
158 valores atrasados tivessem um limitador entre 0,2 e 10%, ao mês, por exemplo, conforme  
159 uma tabela da própria unidade, de modo a minimizar as críticas atualmente existentes, a  
160 fim de que todos não sejam penalizados pelo excesso de poucos. O Dr. Ronaldo Curado  
161 Fleury agradeceu a participação do Deputado Carlos Sampaio, concordando com a  
162 necessidade de que o CNPG tenha interlocutores indicados para acompanharem as  
163 matérias no Congresso Nacional, sugerindo que, além do Dr. José Carlos Cosenzo,  
164 também o Dr. Marfan Martins Vieira, com o que concordou o Sr. Presidente. Relatou  
165 iniciativa do MPT, em criar uma secretaria de articulação institucional, para  
166 acompanhamento político das propostas de interesse do MPT no Congresso Nacional, o  
167 que tem gerado bons resultados. O Dr. Francisco Dirceu Barros (PGJ/PE) esclareceu sua  
168 proposta de elaboração de nota técnica, dirigida apenas aos Procuradores-Gerais,  
169 reforçando a estratégia de atuação do colegiado. Na sequência, foi deliberado, por  
170 unanimidade, a formação de Comissão Especial do CNPG, para acompanhamento dos  
171 projetos de lei que tratam do regime remuneratório do Ministério Público brasileiro (PLs  
172 6726/2016 e 3123/2015), com a seguinte formação: Marfan Martins Vieira (SubPGJ/RJ),  
173 Gianpaolo Poggio Smanio (PGJ/SP), Antônio Sérgio Tonet (PGJ/MG), Benedito Torres  
174 Neto (PGJ/GO), Ediene Santos Lousado (PGJ/BA), Leonardo Rescoe Bessa (PGJ/DF),  
175 José Carlos Cosenzo (MP/SP) e Luiz Gonzaga Martins Coelho (PGJ/MA). Foi deliberado,  
176 ainda, que a linha de argumentação deve se concentrar nos aspectos mais sensíveis da  
177 proposta, quais sejam, o subteto dos Estados, a decisão da CCJ sobre a  
178 inconstitucionalidade de diversos dispositivos do projeto, a necessidade de avaliação  
179 quanto à instituição de regras de parcelamento dos atrasados, bem como à  
180 inconstitucionalidade da limitação de indenização de férias e conversão de licença-prêmio  
181 em pecúnia, de acordo com precedentes do STF. Deliberou-se, também, que o MPRJ  
182 encaminhará um estudo elaborado pelo colega Emerson Garcia, com base decisão no  
183 CNMP, a fim de subsidiar a atuação do CNPG, comprometendo-se o Dr. Marfan  
184 Martins Vieira (SubPGJ/RJ) a fazê-lo até a terça-feira da próxima semana. O Dr. Plácido  
185 Barroso Rios (PGJ/CE) informou a existência das ADI 4822/PE e ADC 924/PR, a qual  
186 será encaminhada aos Procuradores-Gerais. **3) Exposição da Presidente do Conselho de**  
187 **Ouvidores do Ministério Público sobre recente legislação de estruturação do órgão:**  
188 Pelo Sr. Presidente foi conferida a palavra à Presidente do Conselho Nacional dos  
189 Ouvidores do Ministério Público - CNOMP, Dra. Rose Meire Cyrillo, a qual, fez um  
190 relato sobre a tramitação do projeto que foi convertido na Lei n. 13.460, de 26 de junho de



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 16/08/2017 – PGT

ATA 11/2017

191 2017 (Código de Defesa do Usuário do Serviço Público), a qual, incluía no texto original,  
192 como órgão da “Administração Pública”, as Ouvidorias do Ministério Público brasileiro,  
193 além de outros dispositivos fazendo referência a esses órgãos, o que, em tese, feria a  
194 iniciativa de Lei dos Procuradores-Gerais, contendo uma série de inconstitucionalidades  
195 formais e materiais. Discorreu a respeito de todas as tratativas realizadas pelo Conselho  
196 Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, com o apoio da CONAMP, as quais, após  
197 intensas discussões no Congresso Nacional, inclusive com a apresentação de Nota  
198 Técnica, acabaram alcançando o resultado desejado, tendo a legislação deixado de incluir  
199 as Ouvidorias no âmbito de sua vigência, deixando de dispor, ainda, sobre o  
200 funcionamento das Ouvidorias dos Ministérios Públicos. Na sequência, o Subprocurador-  
201 geral do Trabalho, Dr. Manoel Jorge e Silva Neto, fez uma exposição a respeito das  
202 inconstitucionalidades identificadas no projeto de lei. Após, a Dra. Rose Meire Cyrillo  
203 agradeceu a oportunidade conferida pelo CNPG, solicitando o apoio do Colegiado, na  
204 expedição de nota ou informação a respeito do risco de se utilizar referido diploma legal.  
205 **4) Nota Técnica, elaborada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul,**  
206 **que trata sobre o Projeto de Lei do Senado Federal n. 141/2015:** Após exposição do Sr.  
207 Presidente, foi deliberado, por unanimidade, manter a estratégia de elaboração de Nota  
208 Técnica do CNPG, com a atualização do texto pelo MPRS. **5) Projetos de lei sobre o teto**  
209 **remuneratório:** Retirado de pauta. **6) ADI 5.614/PA: Constitucionalidade do Anexo**  
210 **Único da Lei n. 7.736/2013, do Pará. Gratificações pelo exercício de funções em**  
211 **Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Centro de Apoio Operacional e**  
212 **Coordenação de Procuradorias e Promotorias de Justiça:** Após relato do Dr. Gilberto  
213 Valente Martins (PGJ/PA) e informação da Presidente da CONAMP quanto à intenção de  
214 ingressar como “Amicus Curiae” na ação, foi deliberado, por unanimidade, pela realização  
215 de audiência do Presidente do CNPG e da CONAMP, bem como demais representantes do  
216 colegiado, com a Ministra Rosa Weber, Relatora do processo. **7) Minuta de Proposta de**  
217 **Emenda à Constituição - PEC que altera a redação do art. 119 e do art. 120 da**  
218 **CRFB, para incluir representantes do Ministério Público da União e dos Estados na**  
219 **composição do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais:**  
220 Retirado de pauta. **8) Estratégia unificada de atuação e identificação de instrumentos**  
221 **para o custeio de honorários periciais e adiantamento de custas processuais (item**  
222 **sugerido pelo Dr. Marcelo Dornelles, MPRS):** Retirado de pauta. **9) Ofício n. 034/2017**  
223 **– GNDH/CNPNG – sugestão de atuação aos Membros do Ministério Público,**  
224 **Requisição aos órgãos competentes para apresentarem os relatórios circunstanciados**  
225 **previstos no art. 120 da Lei n. 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com**  
226 **Deficiência):** Deliberação para encaminhar aos Procuradores-Gerais, como sugestão de  
227 atuação. **10) Ofício n. 038/2017 – GNDH/CNPNG – Projeto do Sistema Geográfico**  
228 **Integrado de Informações Agrárias, desenvolvido pelo MPPA, em parceria com a**



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPJ – 16/08/2017 – PGT**

**ATA 11/2017**

229 UFPA: Deliberação para encaminhar aos Procuradores-Gerais, como sugestão de atuação.  
230 **11) Distribuição de propostas de Proposições do CNMP:** Retirado de pauta. **12)**  
231 **Convite para *Workshop* – Moedas Virtuais e Meios Eletrônicos de Pagamento.**  
232 **Produto da Ação 8/2017, da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à**  
233 **Lavagem de Dinheiro (ENCCLA):** Após o Sr. Presidente informar a respeito do convite  
234 para o Workshop, o CNPJ acolheu, por unanimidade, as indicações do Promotor de  
235 Justiça Fabrício Baturi (MP/BA), por indicação da Dra. Ediente Santos Lousado  
236 (PGJ/BA), bem como do Dr. Luis Felipe Carvalho, membro do Ministério Público Militar,  
237 por indicação do Jaime de Castro Miranda (PGJ/Militar). Por fim, eu, Fernando da Silva  
238 Comin, Secretário-Executivo do CNPJ, lavrei esta ata, a qual vai assinada por mim e  
239 pelos integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério  
240 Público dos Estados e da União presentes.

